

A pobreza do tempo e a exclusão das mulheres da vida política na América Latina

Vanda Pignato

29/01/2026

A pobreza do tempo é uma das formas mais invisibilizadas — e, ao mesmo tempo, mais estruturais — de desigualdade que afetam as mulheres no Brasil e na América Latina. Ela se manifesta na sobrecarga cotidiana de trabalho doméstico, de cuidado e de responsabilidades familiares que recaem majoritariamente sobre as mulheres, limitando de maneira concreta seu acesso a direitos, oportunidades e espaços de participação política e social.



Divulgação / Fundação Perseu Abramo

Embora as mulheres tenham ampliado sua presença no mercado de trabalho, essa inserção não foi acompanhada por uma redistribuição justa do trabalho de cuidado. Ao contrário, a maior parte das tarefas domésticas e do cuidado com crianças, pessoas idosas, doentes ou com deficiência continua sendo realizada por elas, de forma não remunerada e socialmente desvalorizada. Essa desigualdade produz uma escassez crônica de tempo, que compromete a autonomia das mulheres e restringe sua capacidade de participar da vida pública.

A pobreza do tempo incide diretamente sobre a participação política das mulheres e sua presença nos espaços de decisão. A militância, a atuação em partidos, sindicatos, movimentos sociais, conselhos e instâncias de controle social exigem tempo disponível, previsibilidade e condições materiais mínimas — recursos que muitas mulheres simplesmente não possuem. Reuniões em horários incompatíveis com as responsabilidades de cuidado, deslocamentos longos, ausência de apoio institucional e a naturalização da sobrecarga feminina funcionam como barreiras invisíveis que afastam mulheres da política.

Esse problema não está restrito a espaços conservadores. Mesmo partidos e organizações que se afirmam comprometidos com a justiça social seguem, muitas vezes, organizando suas práticas, agendas e métodos de funcionamento sem considerar o impacto da divisão sexual do trabalho sobre a participação das mulheres. Reuniões longas, horários noturnos e a exigência de presença permanente reproduzem exclusões históricas. Enfrentar essa realidade exige mais do que discursos: requer transformar práticas, redefinir prioridades e

reorganizar tempos, metodologias e estruturas de participação, incorporando o cuidado como uma dimensão central da democracia.

Na América Latina, onde desigualdades sociais, raciais e territoriais se sobrepõem, a pobreza do tempo incide com maior intensidade sobre mulheres negras, indígenas, camponesas, moradoras das periferias urbanas e mulheres migrantes. Os fluxos migratórios forçados — impulsionados pela pobreza, pela violência, pela instabilidade política e pelas mudanças climáticas — afetam de forma desproporcional as mulheres, que frequentemente assumem sozinhas a responsabilidade pelo cuidado de crianças, idosos e familiares dependentes, em contextos de informalidade, precariedade e ausência de redes de apoio. Para essas mulheres, a exclusão dos espaços de decisão não decorre da falta de interesse ou consciência política, mas de condições materiais profundamente desiguais que restringem seu tempo, sua autonomia e suas possibilidades reais de participação.

Enfrentar a pobreza do tempo como um problema político é indispensável para fortalecer a democracia. Isso implica reconhecer o cuidado como trabalho socialmente necessário e promover políticas públicas que redistribuam responsabilidades entre Estado, mercado e famílias. A luta contra a pobreza não pode ser neutra em termos de gênero: ela precisa ser diferenciada, reconhecendo que mulheres vivem a pobreza de forma mais intensa, acumulando jornadas, responsabilidades e privações de tempo.

Nesse sentido, o Brasil, sob a liderança do presidente Lula, tem a oportunidade de inovar e aprofundar sua agenda social, incorporando de forma mais explícita a dimensão do tempo e do cuidado nas políticas de combate à pobreza e de fortalecimento da participação das mulheres. Integrar essa perspectiva significa avançar não apenas na redução das desigualdades sociais, mas também na democratização efetiva do poder.

Não haverá democracia plena enquanto a política seguir estruturada a partir de tempos, lógicas e práticas que excluem as mulheres. Enfrentar a pobreza do tempo não é uma pauta acessória nem setorial: é uma condição para ampliar a participação política, fortalecer os espaços progressistas e construir projetos de transformação social verdadeiramente inclusivos no Brasil e na América Latina.

Vanda Pignato, Consultora em Políticas Públicas e Gênero e Ex-secretária de Inclusão Social de El Salvador

Via [Fundação Perseu Abramo](#)

Compartilhe nas redes: